

A violência política persiste

Relatório identificou 327 casos de violência política entre 2016 e 2020. Saem de cena os crimes de pistolagem no interior e entram em seu lugar ações das milícias e do crime organizado nas periferias de grandes cidades

Desde a redemocratização, acreditou-se que a violência política no país tenderia a desaparecer. Que eleições livres, limpas e competitivas levariam o conflito político para outros patamares, afastando o risco de agressões e assassinatos políticos. Essa parecia ser a tendência dos novos ares democráticos.

Mas não foi o que aconteceu. A violência contra liderança políticas, ativistas e jornalistas nunca desapareceu por completo do país. Apenas perdeu visibilidade diante dos assustadores números de homicídios registrados a cada ano. A tentativa de assassinato do presidente Jair Bolsonaro e o assassinato da vereadora Marielle Franco são os exemplos mais eloquentes dessa violência política

O *Relatório Violência Política e Eleitoral no Brasil*, elaborado pela Terra de Direitos e Justiça Global, verificou 327 casos de violência política ocorridos entre 2016 e 2020. Os casos envolviam assassinatos, ameaças, agressões, invasões e prisões ilegais. As vítimas eram prefeitos e vereadores eleitos ou candidatos que pertenciam a quase todos os partidos políticos.

Entre 2016 e 2020 foram registrados 125 homicídios ou tentativas homicídios de políticos. Os casos aconteceram em quase todas os estados da federação, com destaque para Rio de Janeiro (18), Maranhão (11) e Minas Gerais (11). Até setembro deste ano já foram registrados 13 homicídios e 14 tentativas.

No passado predominavam os crimes de pistolagem contra líderes políticos nas pequenas cidades do interior. Adversários políticos contratavam pistoleiros de outras cidades para realizar o serviço. Era um crime de mando sem que houvesse uma grande organização criminoso por detrás.

Agora assiste-se ao surgimento de execuções cometidas por grupos de extermínio e milícias nas cidades das periferias das grandes capitais do país. Não se trata necessariamente de uma disputa entre adversários políticos, mas da defesa de interesses de grupos criminosos. Quando esses interesses são ameaçados, a eliminação da liderança política incômoda passa a ser uma possibilidade real.

A leniência com que as autoridades tratam o envolvimento de policiais nas milícias e nos grupos de extermínio abre espaço para uma nova escalada da violência no Brasil. Agora a mudança não é na quantidade de mortes, mas na natureza política dessas mortes.

Sabemos que este tipo de organização criminosa só pode existir com a tolerância de alguns e participação de outros policiais. Portanto, as milícias e os grupos de extermínios só existem porque as autoridades políticas, os comandantes e os diretores-gerais as toleram.

A existência das milícias e dos grupos de extermínio não ameaça apenas os direitos dos cidadãos que vivem nos bairros controlados por elas. As milícias são uma ameaça a própria ordem democrática. Quanto mais tempo levamos para entender isso, mais difícil será manter minimamente o funcionamento da democracia.

<https://www.fontesegura.org.br/editorial/z2xp46x3po>

